

Odres Novos — Vinho Velho

A Igreja e as transformações na Sociedade

Gerd Uwe Kliewer

1. O QUE É UM PROLETÁRIOO?

O proletário basicamente é definido de maneira negativa, isto é, por algo que ele não tem: *meios de produção* (estes estão nas mãos dos empresários capitalistas que, devido a este fato, formam a classe antagônica ao proletariado). Destituído de meios de produção, o proletário tem que vender a sua *força de trabalho* àquele que os possui, ao empresário capitalista. Essa força de trabalho, mais ou menos qualificada, é a única coisa que o proletário tem a contribuir ao processo de produção. Os instrumentos, as ferramentas e máquinas com que ele trabalha, não são seus. A matéria prima que ele transforma em produtos, em mercadorias, também não é sua. É do empresário capitalista. Este compra, do proletário, a força de trabalho, aplicando-a na produção. E só essa força de trabalho pode ligar, unir os instrumentos de produção e as matérias primas de tal maneira que se realiza produção.

O empresário capitalista não paga ao operário o valor do seu trabalho. Paga-lhe o valor da sua força de trabalho no mercado. A diferença entre essas duas grandezas — o valor do trabalho e o valor da força de trabalho no mercado — dá o lucro. E nos indica, também, o índice de exploração do operário pelo empresário capitalista. E é em torno dessa diferença que se desenvolve a luta de classes.

Assim, em meu entender, Marx fundamenta a sua definição do que é o proletariado. Naturalmente há outros elementos que ele acrescenta. Ele observa o surto industrial do seu tempo, a concentração dos meios de produção em grandes fábricas e trustes, a criação de enormes blocos burocráticos. Vê como este surto industrial transforma radicalmente a vida de grandes massas humanas; como ele desloca milhões do campo para a cidade, de uma cidade para outra em busca de trabalho. Vê a miséria que surge entre os que são forçados a vender a sua força de trabalho, apesar de serem legalmente livres.

Ele observou também que o processo de produção era sempre mais racionalizado, mecanizado; que a divisão de trabalho prosseguia até a divisão dos processos produtivos em elementos minúsculos, incapazes de estabelecerem uma relação entre o operário e o produto do seu trabalho. Assim o operário perde a sua autonomia, a

sua participação consciente no processo de produção. Ele produz o que outros mandam, com métodos e processos que outros inventaram, segundo critérios que outros comandam. Não trabalha para criar algo, mas para ganhar o seu salário, o preço da sua força de trabalho. Neste aspecto reside a origem da *alienação*.

Tento resumir as características do proletariado:

1 — É o conjunto de pessoas destituídas de meios de produção próprios, obrigadas a vender a sua força de trabalho pelo preço de mercado.

2 — O proletário trabalha em grandes estruturas — empresas, firmas, burocracias — onde a divisão de trabalho é intensa, e onde as decisões, que atingem o seu trabalho, são tomadas longe dele, pelos donos do capital ou seus executivos.

3 — Ele não é dono do seu destino; este depende de fatores que atuam na esfera dos lucros, das rentabilidades, dos termos de troca do comércio.

Vemos assim o proletariado como classe fundamental para a produção, mas marginalizada das decisões que regem a mesma. O trabalho que realiza, é "alienado" (isto é, destituído de significado por si próprio).

2. O QUE É COLONO?

Olhemos, em comparação, para o colono. Conhecemo-lo como dono de um pedaço de terra, vivendo do fruto dessa terra, que ele arranca com o trabalho das suas mãos. É, muitas vezes, descendente de estrangeiros que vieram para este país em busca de melhores condições de vida (expulsos também da terra pátria pelos mesmos processos que criaram lá o proletariado anteriormente descrito). Ele vive na "picada", uma comunidade que reúne um grupo de colonos em torno de uma "venda", uma escola, uma igreja ou capela, um salão de festas. Surge assim um mundo relativamente completo e diferenciado do mundo externo, com relações sociais intensas, uma hierarquia própria — o pastor, o vendeiro, o professor, alguns colonos mais velhos e bem sucedidos formam as autoridades locais.

O colono com sua família realiza uma produção destinada basicamente à subsistência. Planta de tudo um pouco, extrai lenha, cria galinhas, porcos e gado, cultiva horta. Dependendo da situação do mercado externo (externo à sua picada), ele se dedica mais ao cultivo de um produto: milho, aipim para produção de farinha, cana para produção de cachaça, fumo. No mais, vende os excedentes da sua produção: a sobra do milho e do aipim, ovos, queijos, lingüiça, tocinho... O vendeiro se encarrega de levar esses produtos excedentes para o mercado da cidade e vende, em troca, ao colono aqueles produtos e utensílios que ele precisa do mundo de fora. Aliás, são os

vendeiros, os pastores e os professores os elos que ligam este microcosmo da colônia à vida econômica e cultural do mundo maior.

Dentro do seu mundo, o colono é um homem bastante autônomo. Toma suas decisões, faz os seus planos dentro das possibilidades que a sua terra e o seu ambiente lhe dão. A sua prosperidade depende, além das contingências climáticas e geográficas, do esforço seu e do de seus familiares. Não há dúvida que as conjunturas do mundo maior em que o micromundo do colono se insere — a sociedade e economia do Brasil — têm influência sobre a situação do colono. Ele sofre a exploração dos "intermediários" — comerciantes, funcionários públicos — e a sua propriedade, muitas vezes, depende das condições, da infra-estrutura que o Estado brasileiro cria ou não cria. Mas parece que a maneira de trabalho e produção desenvolvida pelo colono é suficientemente eficiente e compensadora, de modo que o colono se expande por toda a região serrana do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Oeste do Paraná, atingindo Mato Grosso, Paraguai e, nos últimos tempos, outras fronteiras agrícolas.

São conhecidos os relatos dos imigrantes do século passado, que se manifestam entusiasmados em cartas dirigidas aos que ficaram na velha pátria: eles são homens livres em terra própria, terra fértil que dá de tudo, se a gente planta com dedicação e empenho. Parece-me que, apesar das agruras e dificuldades da colonização, o colono é e se considera como senhor do seu destino (ressalvado, naturalmente, o senhorio de Deus) .

A colônia é, desde o início da colonização, complementada pela cidade pequena. Esta serve de centro comercial, de entreposto entre a colônia e os grandes mercados do país, e abriga as autoridades e os funcionários estaduais e uma série de artesões e manufaturas que vivem do *hinterland* colonial.

3. A IGREJA NO MUNDO DA COLÔNIA:

No seu trabalho, publicado nos Estados Teológicos 1978, 2, Vitor Westhelle tem apontado o fato de que as comunidades muitas vezes não tomaram o seu início com a igreja e o pastor, mas com a escola. Escola e igreja, professor e pastor eram os agentes culturais da colônia. Através do seu trabalho eles difundiam e defendiam os valores e os bons costumes desse micromundo: amor ao trabalho, honestidade profissional, respeito e solidariedade à família e ao grupo, fé num Deus onipotente, bondoso, mas incompreensível. A ética do esforço e da capacidade individuais se adaptava muito bem ao ambiente colonial e servia igualmente aos grupos radicados nas pequenas cidades. E quando todo esforço era em vão, restava a submissão a Deus, cujos desígnios ninguém perscrutava. E no fracasso pessoal, nos acidentes da vida este mesmo Deus não negava graça e perdão.

O trabalho da igreja era, neste contexto, eminentemente socializador: cabia-lhe transmitir e reforçar estes valores. O ensino confirmatório era entendido como iniciação nas responsabilidades de uma pessoa adulta, aprendia-se nele "como comportar-se", quais as obrigações de um bom cristão. No culto dominical eram recapitulados os conteúdos básicos da fé do grupo. As atividades sociais em torno da igreja aumentavam a coesão do grupo.

Ressalto esses fatos porque acho que a igreja fornecia ao micromundo da colônia uma supra-estrutura ideológica bastante funcional, capaz de dar um sentido a este mundo e a plausibilidade que todo mundo necessita para que possamos viver nele. Tentando explicar de outra maneira: a igreja oferecia aos habitantes deste mundo da colônia os subsídios teológicos e espirituais para que pudessem trabalhar e agüentar as situações e crises que nele viviam. E parece-me que esta integração intensa de igreja e mundo colonial explica, em grande parte, a eficiência e pujança do último.

Se o que acabo de dizer for verdade, está afirmado o caráter provinciano dessa igreja que atuava nas colônias e nas pequenas cidades. Era uma igreja de micromundo, orientada para as necessidades de grupos menores, grupos muitas vezes "enquistados", como diz E. Willems, não igreja de massas. É esta a origem e a orientação histórica da nossa IECLB e, acho eu, neste ambiente ela foi eficiente.

Se olharmos para a vida da nossa igreja, encontraremos em toda parte vestígios desta origem. Ela se manifesta, p. ex., no fato de que os cultos nas nossas comunidades sempre acontecem no domingo de manhã, no horário que o colono tinha disponível entre o trabalho de tratar o gado de manhã e a sestina ou as atividades de lazer à tarde. Para o colono este horário era o mais razoável; mas para o empregado, o operário? E para a "classe média" que quer passear com a família? Quando o promotor de Panambi tentou interditar o badalar dos sinos às 6 horas da manhã, por considerá-lo uma perturbação do seu direito a sossego, ele provavelmente tinha razão, e na cidade moderna há muita gente que não levanta às seis da manhã; há muita gente que trabalha de noite e precisa do sono nesta hora. Quando a população se levantou em defesa dos sinos, havia, parece-me, muita nostalgia nisso: a recordação do mundo são e simples da colônia. Também a organização do trabalho pastoral em paróquias é um resquício dos tempos da colônia, bem como a idade em que a criança assiste ao ensino confirmatório.

O costume de dar torres à igreja igualmente vem de tempos passados: na aldeia, na colônia ela era um dedo que aponta para Deus. Mas para onde ela aponta nas grandes cidades, submergida entre arranha-céus? (Poderíamos iniciar aqui uma meditação a respeito da nostalgia em todo o acervo e empenho da igreja.)

4. A DESTRUIÇÃO DO MUNDO DA COLÔNIA

A colônia, assim como ela foi descrita, foi destruída, e onde ela ainda subsiste, ela é decadente, obsoleta. Basta olhar para as áreas das velhas colônias ao redor de São Leopoldo: Na maioria delas a produção estagnou, os jovens deixaram a terra, os capitalistas da cidade adquirem as áreas para o seu lazer, muitas vezes só restam os velhos. Também onde o colono ficou na sua terra e conseguiu um nível de vida satisfatório, houve transformações. Do colono de antigamente surgiram várias outras categorias:

a) *O empresário agrícola*: Acompanhemos uma vez o caminho de um colono, como ele é descrito na revista "Veja": "Há quinze anos, quando herdou de seu pai 70 hectares de terra em Santa Bárbara do Sul, 350 km ao norte de Porto Alegre, o jovem gaúcho Irineu Tonon começou a cultivar sua pequena gleba com máquinas rudimentares e a ajuda de um único empregado. Algumas safras deram certo, ele aplicou os lucros na compra de mais terras, e hoje, com 35 anos e dois filhos, espera os resultados dos bons ventos que sopram nos campos de soja: Tonon cobriu com esses generosos arbustos todos os seus 750 ha, além de outros 100 ha que arrendou. Tem doze empregados fixos, onze tratores, quatro caminhões, quatro plantadeiras, três colheitadeiras, quatro veículos para o trabalho na fazenda e, no rigor da moda local, um Opala do ano." A história de Irineu Tonon ainda continua, e no decorrer da reportagem de Veja são feitos outros relatos de casos semelhantes. A maioria de nós, provavelmente, conhece algum agricultor, um "empresário agrícola" como eles preferem ser chamados quando alcançam um certo grau de prosperidade. Aliás, é esta também a designação oficial. É política declarada do governo, transformar as propriedades rurais em "empresas rurais" (em 1972 existiam 213.000 dessas empresas, com uma área média de 168 ha). A reportagem sobre Irineu Tonon, que em 15 anos aumentou suas terras de 70 ha para 750 ha, não menciona de onde ele tirou essas terras adicionais. Será que elas não tinham dono? Onde ficaram estes?

b) *O empreiteiro rural*: Em outras áreas rurais encontra-se outra situação peculiar: a de colonos, minifundiários, que na verdade entregaram a sua autonomia a uma grande firma. É esse o caso de muitos colonos do oeste catarinense, na região de Chapecó, Concórdia, onde atuam firmas como a Sadia, a Chapecoense, que trabalham na área de frangos, carne de porco, frios. Pelo que entendi por ocasião da visita a um colono de lá, a coisa funciona assim: O colono que quer iniciar uma criação de frangos, dirige-se à Sadia e comunica a sua intenção, fazendo o pedido de poder construir um galinheiro e dando todas as informações necessárias sobre a sua pessoa. Se o pedi-

do recebe deferimento positivo, ele receberá instruções sobre medidas, feitiço e equipamento do estábulo. Recebe também um financiamento para estes investimentos. Quando o estábulo está pronto, a Sadia mandará o número previsto de pintos, a ração e instruções claras quanto ao tratamento a ser dado aos animais. Técnicos e veterinários fiscalizam constantemente se as instruções são obedecidas. Tudo isso é dado a crédito, e o acerto de contas é feito quando, no dia prefixado, o caminhão da Sadia vem buscar a produção. O colono sabe que não pode vender a outra firma; quem faz isso ou não obedece às instruções, é excluído do rol de produtores da firma, isto é, não recebe mais pintos, ração e assistência. Dizem os colonos da região que eles têm uma remuneração boa pelo seu trabalho (de fato, o seu trabalho é a única coisa com que eles contribuem para a produção); a Sadia procura pagar um preço bom para o frango, para manter os colonos motivados. Em épocas de preço baixo do frango no mercado, a Sadia assume uma parte do prejuízo, compensando-o na época de preços elevados. Na área mencionada, os colonos sabem que têm que se submeter à firma; acham que isso é vantajoso. Há outras regiões onde esse processo de sujeição do colono ainda não é tão completo. Surge, vez ou outra, um produtor que acha que ele é um homem livre e pode vender o seu frango para quem quiser. Um dia desses, insatisfeito com o preço oferecido pela firma a que está ligado, vende a sua produção em outro lugar. Sofre então as sanções da firma a que esteve ligado inicialmente, e normalmente a sua falência não demora.

c) *O trabalhador rural*: A já citada reportagem de "Veja" saúda com entusiasmo o fato de que o capitalismo penetrou na agricultura. Capitalismo agrícola, porém, não significa só granjeiros prósperos. Significa, também, empregados muitas vezes mal pagos, bóias-frias. Muitos dos colonos que venderam as suas terras aos empresários agrícolas, ficaram no campo, onde agora vivem, na condição de proletários, vendedores da sua força de trabalho.

d) *O êxodo rural*: A maior parte da população expulsa do campo, porém, deságua nas cidades. Se há trinta anos, de três brasileiros um vivia na cidade e dois no campo, hoje a relação é inversa. Levando em conta que nesses 30 anos a população do país duplicou, chegamos à conclusão que em torno de 40 milhões de brasileiros devem ter se deslocados do campo para a cidade. Essa gente forma a grande massa do proletariado brasileiro. São os que dependem do salário mínimo, vivem em moradias precárias, nos bairros mais afastados, nas favelas. Há, naturalmente, os que conseguem uma colocação melhor, um trabalho melhor remunerado, mas ainda assim subordinado.

Este último grupo, dos que mudaram do campo para a cida-

de, é o mais numeroso. É um processo de proletarização do homem do campo, um processo que aconteceu anteriormente em países industrializados e que deverá continuar no Brasil até que for alcançada uma relação adequada entre população rural e urbana. Por enquanto, essa constante migração do campo para a cidade realimenta constantemente o "exército de reserva" proletário, que impede que os salários subam a níveis indesejados pelos capitalistas.

A migração, portanto, é um fator positivo na continuidade do sistema.

Comparando a situação desses quatro grupos com a do antigo colono, vemos que ela mudou radicalmente. Olhemos primeiro para o *empresário agrícola*: de um colono que produzia de tudo para a sua subsistência, vendendo os excedentes, ele passou para a monocultura. Ele "planta, porque o João garante", isto é, planta aquilo que o banco financia, compra máquinas que o banco financia. Junto com a monocultura o consumo moderno entrou nas áreas rurais. O agricultor tornou-se dependente dos bancos, das casas de comércio. Ele aprendeu a gastar o que ele ainda não possui. Tornou-se extremamente vulnerável a oscilações climáticas e econômicas. Tornou-se dependente. À safra de grãos do ano de 1980, cujo valor foi estipulado em 350 bilhões de cruzeiros, corresponderam 392 bilhões de cruzeiros de financiamentos agrícolas (incluindo também os destinados à batatinha, hortigranjeiros, laticínios). Isso mostra que o agricultor, em grande parte, já gastou o que ele receberá pela sua safra. E o que ele recebe, depende da fixação de preços mínimos, da taxa cambial, da instituição ou não de confiscos. Sua sorte não mais depende de Deus, das incertezas da natureza e de seu esforço, mas de decisões de gabinete em Brasília, de opiniões de executivos do Branco do Brasil, de oscilações na bolsa de Chicago, de situações da conjuntura internacional.

A mesma dependência encontramos nos minifundiários de Concórdia e Chapecó. Dos bóias-frias e migrantes da cidade nem se fala. Eles sentem a sua dependência na carne a cada dia que passa, na procura de trabalho, na tentativa de viver com o salário mínimo.

A vida de todos eles passou a ser condicionada até os seus detalhes por estruturas maiores, nacionais e internacionais, estruturas sujeitas a interesses outros do que os dos agricultores e operários. O campo tem que providenciar as divisas para o luxo das metrópoles, para a industrialização, tem que fornecer os excedentes de mão de obra que impedem a melhoria dos salários, p. ex. Tentando usar uma imagem: a antiga colônia era um sistema social que tinha o seu centro de gravitação em si mesmo. Os sistemas sociais que a substituíram, porém, têm o seu centro de gravitação fora de si, nas grandes metrópoles, nos centros de decisão econômica nacional e internacional.

5. ODRES NOVOS – VINHO VELHO:

Chego, finalmente, a explicar o título dado a esta palestra. Os odres novos, naturalmente, são as estruturas novas que se desenvolveram através do assim chamado “progresso” brasileiro. Estruturas abrangentes, centralizadas, concentrando poder econômico e político. Estruturas dependentes, que exigem e promovem uma vida de dependência, que destruíram os pequenos mundos significativos como o da colônia, da vila, da pequena cidade, tornando-os dependentes. Essa destruição é irreversível. O futuro do homem parece ser o da vida no anonimato, na massa, na submissão a poderes econômicos e sociais incontroláveis. E o vinho velho? Com esse nome quero designar a velha teologia da colônia, o sistema de crenças e preceitos morais que tão bem dava um sentido a esse micromundo. Vejo a situação assim: os odres, as estruturas mudaram, foram transformadas; o vinho — o sistema de significados que a igreja tem a oferecer a esse mundo novo — ficou o mesmo. E esse vinho velho é estagnado. Não consegue preencher significativamente os odres novos. Não consegue movimentá-los, rompê-los, explodí-los. A teologia tradicional, acostumada a interpretar a vida humana em pequenas comunidades, provincianas e autocentradas, tem dificuldades enormes de manifestar-se frente às grandes estruturas. Talvez ela ainda consiga dizer uma palavra significativa quanto à incidência de secas, inundações ou outras catástrofes naturais. Mas o que ela dirá a respeito do confisco do soja? A respeito do aumento do leite? Das passagens?

De fato, a igreja tradicional nunca conseguiu atrair para os seus quadros os grupos humanos dependentes de grandes estruturas. Isso se evidenciou na Europa no século passado, quando foi formado o proletariado industrial. Onde igrejas conseguiram acompanhar essas massas humanas, eram igrejas sectárias, igrejas novas (metodistas, batistas, pentecostais neste século).

Parece-me que essa incapacidade de dar expressão teológica às estruturas sócio-econômicas modernas é um dos motivos que leva a nossa IECLB à crise. O pastor — ou muitos deles — já não encontra mais sentido no pastorado tradicional. A cúpula da igreja — bem intencionada — encontra enormes dificuldades em reagir adequadamente às novas estruturas. Estas exigem agilidade e rapidez de manifestação quanto a problemas do dia, capacidade de responder sem muita hesitação a desafios. E isso nunca era característica da igreja da colônia.

Não se pode dizer que não houve tentativas. Pelo menos em nível teórico procurou-se dar uma resposta à nova situação. Lembremos a Teologia da Libertação, que coloca como base da sua sistemática uma reflexão das estruturas de dependência do mundo em geral, e da América Latina em especial. Mas onde ela penetrou nas nossas

comunidades? E já conseguiu motivar, desenvolver uma pastoral nova?

Na comunidade também surgiram respostas. Parece-me que uma tentativa nesse sentido é o movimento reavivalista ou evangelical surgido dentro da igreja. Ele ganhou tanto ímpeto, ao meu ver, porque dá uma resposta à situação do homem nas estruturas modernas. Ele acentua a individualidade, a importância do indivíduo, em estruturas que matam a individualidade. Cabe uma crítica a esse movimento: devido a essa sua função, ele parece ser essencialmente compensatório. É antes reação do que ação às novas estruturas.

Urge, portanto, continuar a procurar. E não somente por caminhos intelectuais, mas na vivência com aquelas pessoas sujeitas ao poder das grandes estruturas, dos odres novos, que se arrogam o direito de transformar o homem em objeto, colocando-se como fim último.